

Um sonho cada vez mais distante

Pandemia potencializa caos na previdência pública e brasileiro, agora, começa a pensar sobre como lidar com o futuro antes que seja tarde demais. A sua segurança e a dos entes queridos estão em xeque

Por Carlos Alberto Pacheco

A devastação provocada pela pandemia do novo coronavírus no mundo alterou drasticamente as previsões de crescimento econômico em vários países. Alguns irão amargar um processo mais lento de recuperação, como é o caso do Brasil. Um dos sintomas mais evidentes é o da aposentadoria, que sofrerá as consequências no cenário de pós-covid-19. A retomada dos serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) trouxe à tona antigas deficiências no atendimento.

Como se não bastasse a histórica letargia do órgão em apreciar os inúmeros pedidos dos segurados, um novo problema surgiu no front. O INSS disputou uma queda de braço recente com os médicos peritos que alegaram falta de condições mínimas e de segurança para avaliar beneficiários que reivindicavam auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Peritos cruzando os braços mais o acúmulo dos pedidos sem análise resultou numa óbvia constatação: o caos. Filas imensas nas portas das agências. Caiu por terra a tese do isolamento social.

“Os impactos da covid-19, na perspectiva da seguridade social, estão ligados diretamente à queda na quantidade de contribuições e, ao mesmo tempo, no aumento significativo das solicitações de pagamentos dos mais diversos benefícios em escala crescente”, adverte a advogada e consultora em previdência Rita Riff. E a maioria dos segurados faz parte de grupos de risco, em razão da idade elevada ou por serem portadores de comorbidades.

Se o aumento da longevidade ano

após ano é um indicador que a qualidade de vida das pessoas está em ascensão, há outro aspecto perverso, segundo análise do diretor de Previdência da Icatu Seguros, Henrique Diniz. “Há menos jovens na idade produtiva, começando a trabalhar cada vez mais tarde (no geral somente após a faculdade). E o sistema previdenciário está desequilibrado. É uma realidade diferente de décadas passadas”, advertiu.

A consultora Rita lembra, ainda, que a Justiça Federal, em meio a um cenário de proliferação persistente da covid-19 no país e de crise econômica, mostrar-se sensível às dificuldades que os segurados enfrentam em busca do atendimento de suas necessidades. A procura por uma orientação jurídica, muitas vezes, é a única saída em função da notória morosidade do órgão.

Um fantasma que pode novamente

se materializar, bem mais complexo que a logística de atendimento, é o desemprego. Os últimos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Covid), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela os efeitos deletérios da pandemia no emprego e renda dos brasileiros. Segundo a pesquisa, 75% da redução das horas trabalhadas no País é explicada pela suspensão de contratos e à diminuição da jornada. Os restantes 25% decorrem de plena inatividade.

No estudo “Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade”, coordenado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), com a participação da Universidade de São Paulo, há um importante alerta. As políticas de distanciamento social, necessárias à contenção da propagação do co-



Rita: impactos da covid-19 estão ligados diretamente à queda na quantidade de contribuições



Souza: “A reforma foi paramétrica e fundamental, ajudando a dar um ‘respiro’ na previdência”

ronavírus, “reduziram drasticamente as possibilidades de procura – tanto pela inviabilidade de fazê-lo presencialmente, quanto pela indisponibilidade de oferta nas localidades, em função do baixo desempenho das empresas”.

Há um temor generalizado de que, num cenário futuro ou de pós-pandemia, haja um aumento considerável dos níveis de pobreza, mercado de trabalho formal fragilizado e proliferação do comércio informal. Em situações de crise, os empregadores optam pela saída mais conveniente: a demissão. Pessoas sem renda migram para a informalidade. Pior: deixam de contribuir para a Previdência. A soma da queda das contribuições com a explosão de pedidos de seguro-desemprego resultará em rombos nos cofres públicos.

O fato é que a recessão provocada pela pandemia deve agravar o déficit da Previdência e ameaça retardar os efeitos da reforma. A Secretaria do Tesouro Nacional informou que o déficit previdenciário atingiu R\$ 318,44 bilhões em 2019, com alta de 10% frente ao patamar do ano anterior (R\$ 289,41 bilhões, valor corrigido). O valor refere-se à soma dos rombos do INSS, dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos (RPPS) da União, além do sistema dos militares e do Fundo Constitucional do DF (FCDF).

Reforma

A aprovação da reforma previdenciária, cujas regras flexibilizaram a relação de trabalho, divide opiniões entre os que defendem e os que criticam a terceirização, por exemplo. As famílias estão agora mais preocupadas em adquirir planos de previdência, até porque, pelas novas regras, a conquista da aposentadoria na esfera pública se tornou mais distante.

Outro detalhe: se a massa de trabalhadores informais crescer, haverá nítido impacto nas despesas do INSS. “A reforma foi paramétrica e fundamental, ajudando a dar um ‘respiro’ na previdência. Por outro lado, será necessária uma reforma estrutural no sistema. É

um problema delicado e complexo”, avalia o presidente da Associação dos Fundos de Pensão e Patrocinadores do Setor Privado (Apep), Herbert de Souza Andrade. Contudo, segundo o executivo, os efeitos da reforma não serão comprometidos.

“O setor de seguros e de previdência sairá fortalecido após a covid-19. Não no curto prazo, pois toda a economia irá sofrer. Mas, no longo prazo, o consumidor dará mais importância ao conceito de proteção”, confia o economista e consultor Francisco Galiza. Nesse contexto, como a previdência privada pode contribuir para minimizar um quadro - que alguns preveem colapso iminente - para o sistema público? Galiza responde: “Oferecendo produtos em boas condições comerciais ao consumidor. Os setores público e privado de previdência irão trabalhar de forma complementar. No longo prazo, a expectativa é que isso aconteça com mais intensidade”.

Poupança interna

A pandemia do novo coronavírus estimulou no indivíduo a reflexão sobre si mesmo e, sobretudo, em relação à família. O que acontecerá no futuro? A previdência ocupa um lugar destacado nesta agenda. “Naturalmente, eu acredito que a sociedade vá prestar mais atenção a esse benefício, mais do que faz hoje”, raciocina Andrade. O presidente da Apep



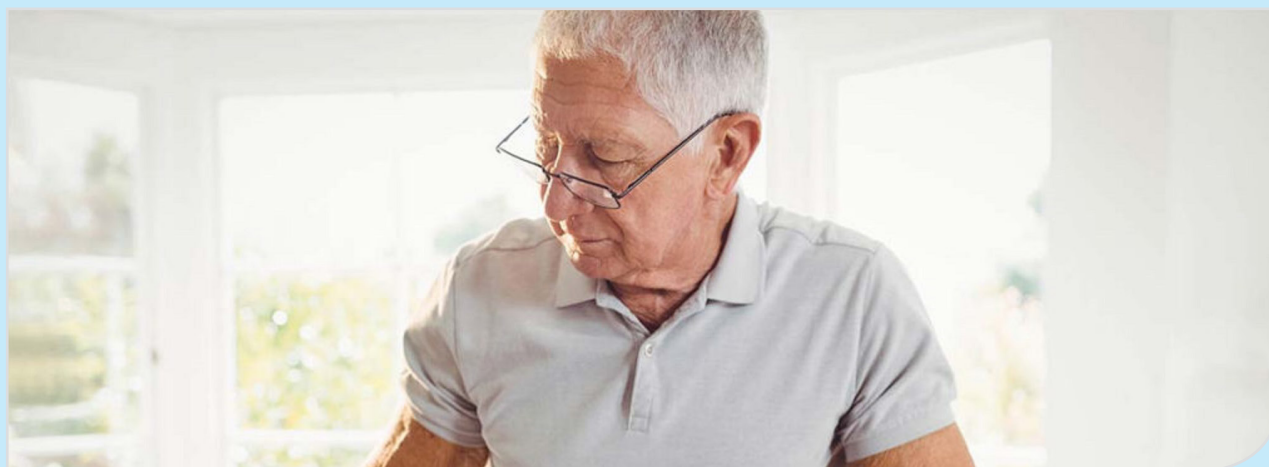
Galiza: o consumidor dará mais importância ao conceito de proteção no longo prazo

ressalta que o Brasil está carente de uma poupança interna e a previdência complementar pode estimular bastante a formação desta poupança. “O momento atual, que alia a pandemia do novo coronavírus e baixas taxas de juros, mostra como é importante o cidadão ter um planejamento das finanças e investir todos os meses, pensando na aposentadoria e na se-

gurança para o futuro”, ressalta a consultora Rita Riff. É o brasileiro quebrando algumas resistências, quando finalmente não se apoia mais na dura realidade do presente.

Henrique Diniz enfatiza que a educação financeira faz muita diferença na vida das pessoas e nos planos a longo prazo. “O investidor brasileiro está cada vez mais consciente de que

precisa aumentar a exposição ao risco e que o papel da diversificação da carteira é muito importante”. Para o diretor de Previdência da Icatu, as seguradoras mostram as diversas possibilidades existentes no mercado e como elas podem auxiliar os clientes no desafio de gerar a reserva de longo prazo para atingir o objetivo de cada família.



Armadilha do sistema público contrasta com a opção do privado

As novas regras da aposentadoria preveem o fim do modelo por tempo de contribuição, com a idade mínima de 65 anos (homens) e 62 (mulheres). Incluem-se mais 15 anos para o público feminino e 20 anos ao masculino. Para os homens que já estão na ativa, o tempo de recolhimento mínimo será também de 15 anos. Contudo, existe um problema neste cálculo: os 25 anos de contribuição garantem, segundo especialistas, 60% da média salarial. E quem quiser se aposentar pelo teto da remuneração, ou seja, R\$ 5.839,45, precisará contribuir por 35 anos (mulheres) ou 40 anos (homens).

As novas regras de aposentadoria receberam muitas críticas e ressalvas por especialistas da área econômica porque consideram que o trabalhador comum jamais alcançará patamar nesse nível. Irá prevalecer a realidade cruel dos beneficiários se aposentando bem mais tarde do que imaginariam e ganhando menos em relação a um aposentado nos dias de hoje.

Atualmente, os trabalhadores mais jovens sustentam a aposentadoria dos mais velhos. No projeto original de reforma da previdência do presidente Jair Bolsonaro, propôs-se a fórmula de um sistema de capitalização aos que ingressassem no mercado de trabalho. As contribuições de cada cidadão seriam administradas em contas individuais e por instituições financeiras. Seria o fim do atual sistema contributivo solidá-

rio, pois não haveria retaguarda financeira às pessoas em fase de aposentadoria. Ante o iminente colapso do sistema, os congressistas tiraram da pauta a proposta de capitalização.

A previdência complementar, por sua vez, oferece meios para uma aposentadoria com dignidade. Na verdade, esse modelo previdenciário é, essencialmente, um investimento de longo prazo. Com o tempo, o dinheiro aplicado rende juros, até formar uma reserva financeira. “Longo prazo, porém, não é algo ruim. Pelo contrário: é possível começar a investir a partir de qualquer idade”, afirmam os técnicos da FIA – Fundação Instituto de Administração.

A FIA fez uma simulação de uma pessoa com 40 anos que optou por um plano VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) de uma grande instituição financeira. Essa pessoa deseja um rendimento vitalício a partir dos 65 anos. Se o beneficiário começar hoje a aplicar R\$ 500 por mês, terá direito a um rendimento de R\$ 1.559,96 até o dia de sua morte. A FIA destaca: “O regime privado, existe muito mais liberdade para aplicar, o que permite fazer planos para o futuro com uma margem mais ampla”. Em suma, pode-se recorrer ao INSS, mesmo com as limitações impostas pelo mutualismo, mas está evidente agora que a previdência complementar é a garantia para um futuro bem longe do precipício financeiro.

“Entre 15 e 20 anos, maior benefício não será superior a 1 salário mínimo”

Falar sobre envelhecimento e planejamento financeiro não é uma tarefa fácil a quem não consegue enxergar além do horizonte. Levantamento recente feito em 15 países e coordenado pelo Instituto de Longevidade Mongeral Aegon apontou para uma interessante constatação. A “Pesquisa de Preparo para a Aposentadoria” procurou detectar qual é a expectativa da população na hora de se aposentar.

O estudo revelou que o brasileiro espera viver, em média, até os 87 anos, sete a mais do que a média global dos países pesquisados em 2019 e aproximadamente 11 anos a mais do que a média de vida brasileira. Mesmo que haja otimismo quanto à longevidade, 46% dos entrevistados afirmam ter consciência da necessidade de se planejar financeiramente para aposentadoria, mas apenas 18% destes acreditam que estão poupando o suficiente.

De acordo com a pesquisa, o Brasil ocupa o terceiro lugar, baseado no Índice de Preparo para a Aposentadoria, atrás de Índia e Estados Unidos. O diretor de Pesquisa do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, Leandro Palmeira, explica a posição do primeiro e segundo lugar nesse ranking em função, pelo menos em parte, de um pacto social firmado até então. “Tanto na Índia quanto nos Estados Unidos, os indivíduos têm maior estímulo para formar a sua própria poupança. Já no Brasil, a boa colocação no índice possui como uma das justificativas o modelo histórico de Previdência Social, cuja abrangência e suficiência cobriram boa parte da população até agora”, considerou.

Segundo o presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, Nilton Molina, “as pessoas deverão trabalhar por mais tempo e, conseqüentemente, se planejar financeiramente para uma vida cada vez mais longa”. O novo cenário da aposentadoria impõe necessidade

do brasileiro de poupar. “As pessoas vão precisar entender que de cem moedas que ganham por mês, 85 pertencem ao presente, ou seja, podem consumir. Quinze moedas vão ter de reservar para o futuro”, adverte Molina.

De acordo com os cálculos do presidente do instituto, 160 milhões de brasileiros possuem capacidade de poupar. Molina acrescenta: o cenário aponta para o aumento do trabalho autônomo e redução substancial na relação de patrão e empregado. E traz uma previsão alarmante: “Entre 15 e 20 anos, no Brasil, o maior benefício de seguro social não será superior a um salário mínimo”.

Sem dependência do INSS

Estudiosos em previdência acreditam que, com as novas regras para aposentadoria aprovadas em 2019 pelo Congresso Nacional, os bene-

ficiários começaram a identificar a importância de planejar melhor o futuro e não depender apenas do INSS quando parar de trabalhar. Molina, contudo, pondera: “É preciso reprogramar nossos modelos mentais. Governos e empregadores devem repensar regimes de trabalho e disponibilizar mais oportunidades às pessoas na medida em que elas envelhecem. Indivíduos devem tomar para si a responsabilidade de se preparar para uma vida longa, ativa e de aprendizado contínuo”.

A consultora Rita Riff reitera a tese de que a pandemia fez o cidadão pensar seriamente em termos de proteção social e previdência privada, como valiosos instrumentos para assegurar sua própria integridade e dos entes queridos. Rita lembra que o atual sistema de seguridade é “fruto da crise econômica e social que surgiu de maneira voraz na Segunda Guerra Mundial”. Após algumas décadas e, mais recentemente, o advento do novo coronavírus, o setor privado deve estar preparado para enfrentar a crise e também colher os frutos que poderão dela advir.



Molina: aumento do trabalho autônomo e redução substancial na relação de patrão e empregado